PREFÁCIO

ELAS ESTÃO PARINDO UM NOVO BRASIL!

Jaime Amparo Alves¹

Conheci as Mães de Maio em 2007, um ano depois do massacre de maio de 2006 no qual mais de 600 pessoas foram brutalmente assassinadas pelas forças policiais de São Paulo. Era uma tarde de sábado quando Débora Silva e Vera Magalhães (mães de dois jovens assassinados na periferia de Santos/SP) aceitaram compartilhar sua dor e falar sobre seu nascente ativismo contra o terror estatal. Eu trabalhava com a Educafro em um projeto com jovens vítimas da violência policial nas favelas da região sul de São Paulo, e os massacres de maio não me eram uma realidade estranha como não era a existência de mães órfãs, deprimidas e aterrorizadas. Tendo sobrevivido a minha própria experiência de jovem negro morador das favelas do Guarujá, no litoral paulista, havia me convertido em pesquisador-ativista (“antropólogo nativo”) da vitimização juvenil negra pela polícia e, nesse contexto, as mães foram “eleitas” minhas principais interlocutoras.

Na década passada, o ativismo maternal já não era uma novidade nas periferias urbanas do Brasil. A novidade era o surgimento de um movimento radical de mulheres “com raiva no raciocínio” que desafiava a polícia e propunha novos termos no debate com o Estado. Ao mesmo tempo em que seguiam o script político das “mães da praça de maio” na Argentina², e dos/as ativistas dos/das direitos humanos em outras partes do Brasil, as Mães de Maio emergiram como uma força política que também desafiava as lógicas

“domesticadas” da luta social presente inclusive em outros movimentos de vítimas do Estado. Explico: as Mães de Maio inauguraram uma perspectiva política que vai muito além das agendas reformistas que buscam “humanizar” as prisões, “disciplinar” a polícia ou “ocupar” o Estado com cargos eletivos ou participações em conselhos. Assumindo o lugar de “mãe preta”, pobre, favelada, as mães gestenam uma forma de vida política que desestabiliza o domínio tradicional demarcado pela sociedade civil branca e o regime contratual de cidadania estabelecido pelo Estado racial.³ Em tal regime, os sujeitos políticos são requeridos a ter uma lealdade ao Estado algoz conformando-se às regras do jogo, votando, obedecendo a lei, protestando dentro das normas de civilidade e “bons” costumes. Para as mães, tudo isso é no mínimo coisa de “coxinhas”. Em suas próprias palavras, as mães são ingovernáveis!

As implicações políticas desta perspectiva estão ainda por serem entendidas em sua complitude. Ainda assim, é possível identificar alguns caminhos apontados por sua práxis. Primeiro, é possível identificar uma crítica à democracia liberal. Ao contextualizar os massacres de jovens pobres e negros/as das periferias urbanas como práticas que evidenciam a “farsa” da democracia, as mães questionam as narrativas hegemônicas sobre “paz social” e desmistificam o projeto de democracia brasileira como uma guerra permanente contra os pobres. Nas palavras de Debora Silva, “não se pode dizer que a ditadura terminou no Brasil. Isso aqui é uma fantástica fábrica de cadáveres”. Debora foi

¹ Jaime Amparo Alves é jornalista, ativista de direitos humanos e doutor em antropologia social pela Universidade do Texas/Austin. Atualmente ele ensina estudos negros na Universidade da Califórnia, Santa Barbara e é professor visitante no Centro de Estudos Afro-Diaspóricos da Universidad Icesi. É também apoiador da Rede Global de Mães em Resistência. Email: amparoalves@gmail.com

² Ver Renata Gonçalves, “De antigas e velhas loucas: Madres e Mães de Maio contra a violência de Estado” *Lutas Sociais* 29 (2012): 130-143.

³ Para uma análise da maternidade (negra) no Brasil como praxis revolucionária, ver por exemplo: Adriana Vianna e Juliana Farias. “A guerra das mães: dor e política em situações de violência institucional” *cadernos pagu* 37 (2011): 79-116; Luciane O Rocha, *De-Matar: Maternidade Negra como Ação Política na Patria Mae Gentil. Antinegritudes: o impossível sujeito negro na formação social brasileira*. UFRB, 2016; Jaime Alves. *Living in the Necropolis: Homo Sacer and the Black Inhuman Condition* in São Paulo/Brazil. *Critical Ethnic Studies Conference*. University of California/Riverside, 2011.

quem me radicalizou. Eu acreditava na democracia liberal e no seu regime de cidadania excludente. Mas Debora me dizia que essa é a “democracia do cemitério”.⁴

Uma segunda implicação política do trabalho revolucionário das mães é a promessa utópica que elas propõem de fundar um novo país. As Mães de Maio não estão apenas interessadas em buscar justiça para o assassinato de seus filhos e filhas. Lógico que esta é uma tarefa mais que necessária e urgente, mas sua luta por justiça deve ser entendida muito além da reparação pessoal. Da batalha legal nos tribunais nacionais e internacionais, a denúncia pública em conferências ao redor do mundo, e principalmente ao trabalho de base com comunidades aterrorizadas, tudo faz parte de um projeto político de refundação dos parâmetros de justiça e paz urbana. O recado das mães é contundente: “não queremos a paz dos cemitérios”. Se levarmos em consideração que o ethos nacional brasileiro é formado na violência contra negros/as, indígenas e pobres⁵, a recusa da paz branca/colonial é a recusa do projeto de nação genocida que sempre conformou o Brasil.

Finalmente, agentes revolucionárias como as Mães de Maio estão, com seu ativismo, forjando um novo paradigma de humanidade. Por exemplo, uma das características que mais me impressiona e inspira é o fato de que para elas o estatus “criminal(izado) de seus filhos não está em questão. Ou seja, enquanto a sociedade civil branca usa os discursos perversos da moralidade/respeitabilidade para justificar os assassinatos pela polícia – em frases do tipo “bandido bom é bandido morto” ou ainda “ah, ele tinha passagem pela polícia” – para as mães a biografia dos seus filhos e filhas não está em hipótese nenhuma aberta para debate público. As mães reivindicam como seus filhos e filhas aqueles e aquelas que, por seu lugar “espacial”, “legal” e “ontológico”, são criminalizados. O convite aqui é que tenhamos a coragem de defender os “nossos” mortos e os “nossos” mortos devem ser todo/a aquele/a vítima do Estado, qualquer que seja sua biografia. O projeto político das mães, por tanto, é um convite à criação de uma comunidade moral forjada na dor e na raiva não na cumplicidade com a lei.

Para concluir, convido a leitora/or a pensarmos juntos na promessa utópica e sinistra do movimento Mães de Maio. Sendo o Brasil “uma fantástica fábrica de cadáveres”, como Debora Silva denuncia, a produção estratosférica da morte dos jovens negros e pobres brasileiros trágicamente cria geografias de terror por todo o país. Por outro lado, também cria as possibilidades de expansão da luta por meio da produção incessante, angustiante e odiosa de mães enlutadas. Temos as “mães de abril”, as “mães de maio”, as “mães de junho”... Uma constelação de guerreiras sociais que emerge do regime terrocrático de direitos que conforma a democracia brasileira.

O livro que o leitor/a tem em mãos é ao mesmo tempo uma denúncia e um convite a “ser mãe”. É um convite pertinente mas que merece prudência, sobretudo para aqueles/as de nós que corremos o risco de involuntariamente converter a dor alheia em plataforma eleitoral e em disputas acadêmicas. Sair do conforto do ar-condicionado, sujar os pés com o barro da periferia, enfrentar a polícia assassina, defender os mortos/as, escutar a dor e lutar juntos. Como o feminismo negro, e a incipiente literatura sobre maternidade em contextos anti-negros, tem proposto, ser “mãe” é entendido aqui como uma categoria política⁶ que inclui qualquer um/a que se rebele contra a delinquência estatal. Sendo assim, e levando em consideração o momento cruel em que vivemos, o convite das Mães de Maio se torna ainda mais urgente: vamos juntas/os parir um novo Brasil!

⁴ As Mães de Maio se referem ao Brasil como a “democracia das chacinas” e São Paulo como “topografia da morte”. Além de Debora Silva, agradeço a Leandro Siqueira (Centro Santo Dias de Direitos Humanos), Rute Fiúza, Douglas Belchior e Dina Alves. Por algumas destas reflexões desenvolvidas em co-autoria com Debora Silva em “The Brazilian Graveyard” [O cemitério brasileiro], Lasa Forum, 2017. Ver também Jaime Alves e Leandro Siqueira, “Os Massacres se Tornaram Vitais”, memografado; Jaime Alves, “Necropolitia Racial: a produção espacial da morte em São Paulo”. Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (2010), 89-114.

⁵ A esse respeito, referência obrigatória a João Costa Vargas, “Por uma Mudança de Paradigma: antinegitude e antagonismo estrutural” Revista de Ciências Sociais: RCS 48, no. 2 (2017): 83-105; Marilena Chauí, Brasil: mito fundador e sociedade autoritária-4ª reimpressão. São Paulo: Perseu Abram, 2001.

⁶ Ver Patricia Hill Collins. Black Women and Motherhood. In: Black feminist thought: Knowledge, consciousness, and the politics of empowerment. Routledge, 2002; Vilma Reis. “Atuados pelo Estado: as políticas de segurança pública implementadas nos bairros populares de Salvador e suas representações (1991-2001)” Edufba, 2013; Movimento Maes de Maio. “Do luto à luta.” São Paulo: Giramundo Artes Gráficas, 2011.